

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 4	REP 4.3 Reforçar a cooperação entre a investigação pública e o setor empresarial e impulsionar a transferência de conhecimentos.	Medida 3 - Reestruturação da Agência Nacional de Inovação	Criar uma plataforma comum que contribui para a convergência da investigação e negócio. Promover o reforço da competitividade nacional através da valorização do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico.	Reposicionamento estratégico da Agência de Inovação, rebatizando-a e lançando a "ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A.". No âmbito deste reposicionamento, a ANI irá prosseguir um leque de actividades muito mais alargado do que a sua antecessora.	Despacho de designação do novo Conselho de Administração Novos estatutos da Agência	Agência criada, incorporando capacidade e responsabilidades antes dispersas em diferentes organismos. Designação do novo Conselho de Administração. Arranque da atividade em outubro de 2014.	Manter uma operação eficiente na gestão financeira dos incentivos QREN/PT2020 (2015). Integrar staff e responsabilidades do programa H2020 (2015). RIS3. Assumir a presidência do conselho de coordenação operacional e da implementação de secretariado técnico (2015).		Dificuldades (operacionais e/ou financeiras) no previsto significativo aumento de número e qualidade dos recursos humanos da ANI, bem como no investimento em sistemas e infraestrutura de apoio.			
		Medida 4 - Agenda Portugal Digital (APD)	Desenvolver a Economia Digital e a Sociedade do Conhecimento, preparando o país para um novo modelo de atividade económica, centrado na inovação e no conhecimento e numa nova política industrial, como base para novos produtos e serviços de maior valor acrescentado e direcionados para os mercados internacionais.	Estabelecimento das medidas iniciais a implementar até 2016, enquadradas nas seguintes áreas de intervenção: a) Acesso à banda larga e ao mercado digital; b) Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Inovação; c) Literacia, qualificação e inclusão digitais; d) Combate à fraude e à evasão fiscais, contributivas e prestacionais; e) Resposta aos desafios sociais; f) Empreendedorismo e internacionalização do setor das TIC.	Resolução do Conselho de Ministros [aguarda publicação].		Após aprovação em CM, segue-se a publicação da RCM que reforça o alinhamento e convergência com os objetivos Europa 2020. Conclusão do relatório sobre performance 2014.	Os objetivos APD são inspirados nos especificados na Agenda Europa Digital e como tal, perfeitamente alinhados com os targets Europa 2020.			Objetivos para 2014 atingidos a >=95%: - Todos os cidadãos com acesso à banda larga de velocidade igual ou superior a 30 Mbps, até 2020: 63% em 2014. - Promover a utilização dos serviços públicos online, para que sejam utilizados por 50 % da população, até 2016: 41% em 2014. - Diminuir para 30% o número de pessoas que nunca utilizou a Internet até 2016: 30% em 2014.	
		Medida 5 - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (EII)	Fomentar a cooperação entre as instituições de I&D públicas e privadas e entre empresas, com o reforço da política de clusterização e da promoção da transferência e circulação do conhecimento, para melhoria do nível de intensidade tecnológica e de conhecimento dos bens e serviços produzidos.	Definição de uma Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente.	Despacho conjunto dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional, da Inovação, Investimento e Competitividade e da Ciência, de dia 23 de dezembro de 2014							
		Medida 6 - Política de clusterização	Reforçar cadeias de valor e de fileiras que garantam o crescimento e a sustentabilidade da inovação e da competitividade internacional, através, nomeadamente, da cooperação e do funcionamento em rede de empresas, entidades não empresariais do S&I, associações empresariais e outros agentes.		Despacho Conjunto Despachos de Reconhecimento	Foi realizada uma avaliação do anterior ciclo de reconhecimento. Foram auscultados todos os stakeholders, directa ou indirectamente, envolvidos. Foram observadas as recomendações da política europeia neste domínio.	Publicação do Quadro legislativo Abertura dos Concursos para candidaturas ao Reconhecimento de clusters de Competitividade. Processo de análise e avaliação de candidaturas ao Reconhecimento. Reconhecimento formal de Clusters de Competitividade. Abertura de candidaturas ao financiamento dos Clusters de competitividade no âmbito do PT2020.	a política de clusterização pretende contribuir, através das dinâmicas de cooperação geradas em matéria de inovação, investigação e emprego, para um crescimento inteligente, sustentável, inclusivo e mais competitivo da economia portuguesa e europeia. Neste sentido, irão ser fortemente valorizadas iniciativas enquadradas nas áreas temáticas consideradas na RIS3.				

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 5		Medida 1 - Estabilidade financeira e desalavancagem	Reforçar a estabilidade financeira e redução da dívida das empresas do sector não financeiro.	Monitorização regular do sector financeiro pelo Banco de Portugal; análise prospetiva da situação de e de financiamento, através de exercícios de "stress test" e da avaliação dos Planos de Financiamento e de Capital; avaliação dos planos de recuperação, complementada por uma análise de "benchmark". Aumento de eficiência dos instrumentos de reestruturação (em particular PER e SIREVE), introdução de incentivos para bancos e credores apoiarem os processos de reestruturação e melhoria da disponibilidade de financiamento alternativo para as empresas do sector não financeiro, em particular flexibilizando regras do mercado de capitais. A estratégia do Governo identificou 4 eixos principais de intervenção: i) desenvolvimento de mecanismos de early warning (relativamente a dificuldades financeiras); ii) melhoria dos mecanismos de reestruturação; iii) enquadramento fiscal, legal e de instrumentos públicos mais favorável à recapitalização sistémica das sociedades não financeiras; e iv) revisão dos papéis, recursos e poderes dos vários stakeholders.	Decreto-Lei n.º 26/2015, de 6 fevereiro Decreto-Lei n.º 155/2014, de 21 outubro	4º trimestre 2014: as opções legais relativas ao DL 26/2015 foram estabilizadas entre ministérios e o diploma aprovado. As opções legais relativas às SIPIs foram estabilizadas. A Instituição Financeira de Desenvolvimento foi constituída e os seus estatutos aprovados. 1º trimestre 2015: o regime fiscal a aplicar às SIPIs está a ser objeto de análise.	2º trimestre 2015: o Governo prevê que o processo legislativo relativamente às SIPIs continue a avançar, com a finalização e aprovação do respetivo regime societário e fiscal, e aguarda o feedback do BCE relativamente às alterações propostas ao regime do Medador do Crédito.	n.a.	n.a.	n.a.	Os dados disponíveis sobre as empresas do sector não financeiro mostram que a desalavancagem está a acontecer de forma ordeira e aumentou durante 2014. Prevemos que esta desalavancagem continue durante 2015.	
REP 6	REP 6.1 Aplicar o segundo e terceiro pacotes de medidas no setor da energia destinados a reduzir os custos da energia para a economia, eliminando simultaneamente o défice tarifário do setor da eletricidade até 2020, e acompanhar de perto a sua aplicação.	Medida 1 - Eliminação da distorção de mercado provocada pelas medidas fiscais introduzidas em Espanha	Garantir a sustentabilidade da dívida tarifária	Aplicação de variáveis de faturação à energia elétrica injetada na rede pelos produtores de energia elétrica em regime ordinário e outros produtores que não estejam enquadrados no regime de remuneração garantida, de modo a corrigir as distorções ao nível do mercado ibérico decorrentes das alterações fiscais verificadas em Espanha.	Decreto-Lei n.º 74/2013, Portaria n.º 268/2013, Despacho n.º 10244/2013, Despacho n.º 12655-A/2013 e Despacho n.º 1873/2014			n.a.	n.a.	n.a.	Os centros electroprodutores sujeitos ao Decreto-Lei n.º 74/2013 têm vindo a contribuir para o Sistema Elétrico Nacional pela energia injetada na rede conforme esperado. A medida continuará a gerar benefícios para o sistema enquanto se verificarem as alterações introduzidas em Espanha.	
		Medida 2 - Revisão da remuneração dos terrenos hídricos	Garantir a sustentabilidade da dívida tarifária pela redução dos custos gerais do sistema em benefício de todos os consumidores de eletricidade.	Alteração da forma de cálculo da remuneração dos terrenos situados no domínio público hídrico que estão contabilizados no balanço da entidade responsável pela Rede Nacional de Transporte. Esta remuneração tem variado ao longo dos anos e o seu critério de determinação não tinha conexão com a amortização dos ativos, nem se afigurava estável. Em concreto, os termos de fixação da remuneração anual associada ao respetivo ativo amortizado devem ter em consideração, por um lado, a variabilidade da remuneração registada até ao presente, por outro, a circunstância de os diferentes níveis de desempenho, por parte da concessionária da RNT na execução das obrigações previstas na lei e no contrato de concessão relacionadas com o apoio ao concedente em matéria de política energética e que não estejam exclusivamente ligadas à exploração da RNT e à gestão técnica do sistema, terem reflexos diretos nos custos suportados pelos consumidores de eletricidade.	Portaria n.º 301-A/2013		Nos próximos anos será determinada a remuneração destes ativos nos termos definidos de fixação da remuneração anual.	n.a.	n.a.	n.a.	A taxa de remuneração em 2014 foi de 0,06% e para 2015 de 0,1%, substancialmente inferior aos 2,72% verificados em 2013.	
		Medida 3 - Correção das distorções no mercado de serviços de sistema	Garantir a sustentabilidade da dívida tarifária.	Alteração do processo de cálculo associado aos serviços de sistema no mecanismo dos CMEC, na sequência das distorções identificadas pela ERSE e, posteriormente, pela AdC.	Despacho n.º 4694/2014		Está em curso a auditoria que irá aferir a existência de eventuais sobrecompensações pagas no passado, bem como a eficácia do despacho publicado.	n.a.	n.a.	n.a.	A implementação das alterações introduzidas no mercado de serviços de sistema permitiu, não só o regresso aos valores verificados antes do surgimento das distorções, bem como uma maior partilha com os consumidores dos benefícios obtidos pelas centrais em CMEC.	
		Medida 4 - Contribuição das centrais de carvão para o Sistema Elétrico Nacional (SEN)	Garantir a sustentabilidade da dívida tarifária.	Introdução de uma contribuição das centrais a carvão para o Sistema Elétrico Nacional após o fim dos contratos em que se encontram (CMEC e CAE).		Medida aprovada pela Troika, após estudo e decisão sobre o mecanismo para sua implementação.	Deverá entrar em processo legislativo brevemente.	n.a.	n.a.	n.a.		
		Medida 5 - Incentivos na harmonização – regiões autónomas	Garantir a sustentabilidade da dívida tarifária.	Introdução de mecanismos de redução de custos nas regiões autónomas, decorrente da aplicação de incentivos à redução do OPEX e CAPEX.		Encontra-se em estudo a preparação da proposta de Decreto-Lei que procederá às necessárias alterações para a sua implementação.	Implementação da medida.					

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP						Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 6	REP 6.1 Aplicar o segundo e terceiro pacotes de medidas no setor da energia destinados a reduzir os custos da energia para a economia, eliminando simultaneamente o défice tarifário do setor da eletricidade até 2020, e acompanhar de perto a sua aplicação.	Medida 6 - Diploma combustíveis simples (petróleo)	Evitar os aumentos de preços da energia, assegurando maior concorrência no setor.	Estabelecimento dos termos da inclusão de combustíveis simples nos postos de abastecimento para consumo público localizados no território continental, bem como obrigações específicas de informação aos consumidores acerca da gasolina e gasóleo rodoviários disponibilizados nos postos de abastecimento. Prevê-se uma obrigação de informação, por parte dos operadores à Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, sobre os montantes faturados e as respetivas quantidades de gasolina e gasóleo rodoviários simples vendidos. A monitorização e supervisão das medidas consagradas nesta lei competem à ENMC, E.P.E., que, com base na informação reportada pelos operadores, elaborará um relatório anual com vista à análise do grau de cumprimento das medidas e do respetivo impacto no mercado dos combustíveis.	Lei n.º 6/2015, de 16 de janeiro.		Abril 2015: publicação da Portaria. A obrigação de comercialização de combustível simples entra em vigor 90 dias após a publicação da lei, consequentemente, a Portaria que aprova o modelo de identificação do combustível simples será publicada no final desse período.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Medida 7 - Gás em garrafa (botija) – propano e butano	Evitar os aumentos de preços da energia, assegurando maior concorrência no setor.	Alteração às especificações técnicas do propano e butano.	Alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2010, de 31 de dezembro.	O Governo apresentou no Parlamento, na Comissão de Economia (audição regimental do dia 07.05.2014), um estudo sobre os preços do gás de botija. No âmbito das competências da Entidade Nacional do Mercado de Combustíveis, em particular através do Conselho Nacional para os Combustíveis, propôs-se uma metodologia para o cálculo do preço de referência, que tem estado a ser divulgada desde novembro de 2014. A alteração legislativa em curso já foi objeto de uma consulta a alguns agentes do sector.	Deverá entrar em processo legislativo brevemente.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
		Medida 8 - Contratos de longo prazo de compra e venda de gás natural (take or pay) celebrados com a Transgás	Evitar os aumentos de preços da energia, assegurando maior concorrência no setor.		Diploma enviado para promulgação (Decreto da Assembleia 326/XII)		A entidade sujeita deverá fazer a liquidação até finais de maio.	n.a.	Possibilidade de a medida poder ser contestada pelas entidades sujeitas.	n.a.		
		Medida 9 - MIBGÁS	Evitar os aumentos de preços da energia, assegurando maior concorrência no setor.			Em implementação. Assinatura de três acordos entre Portugal e Espanha na sequência de Cimeiras entre os dois países para implementação do MIBGÁS.		n.a.	n.a.	n.a.		
		Medida 10 - Contribuição extraordinária sobre o setor energético	Evitar os aumentos de preços da energia, assegurando maior concorrência no setor.	Prorrogação do regime da contribuição extraordinária para o ano de 2015.	Lei n.º 82-B/2014		As entidades devem liquidar a CESE até outubro ou até meados de dezembro, no caso de se tratar de refinarias e centrais de ciclo combinado.	n.a.	Possibilidade de a medida poder ser contestada pelas entidades sujeitas.	Estimativa de cerca de €100M para o apoio a políticas do setor energético de cariz social e ambiental e medidas relacionadas com a eficiência energética		
		Medida 11 - Limpeza de florestas (eletricidade)	Evitar os aumentos de preços da energia, assegurando maior concorrência no setor.	Desconsideração desta rubrica de custos como CIEG, passando a ser considerados custos da atividade e sujeitos a critérios de eficiência.	n.a.	Medida implementada.		n.a.	n.a.	n.a.		
		Medida 12 - Tarifa social de energia elétrica	Evitar os aumentos de preços da energia, assegurando maior concorrência no setor.	Alargamento dos critérios de elegibilidade para se poder beneficiar da tarifa social de eletricidade e, consequentemente, do apoio social extraordinário ao consumidor de energia, bem como aumento da potência contratada para 6,9 kVA.	Decreto-Lei n.º 172/2014 Portaria n.º 278-B/2014 Portaria n.º 278-C/2014	Medida implementada. Lançada campanha de esclarecimentos aos consumidores.	Semestralmente, o critério de rendimento é atualizado, caso o número de beneficiários não esteja de acordo com as metas definidas.	n.a.	n.a.	n.a.		

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas							Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/risco específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)
REP 6	REP 6.2 Melhorar a integração transfronteiras das redes de energia e acelerar a execução dos projetos de interligação das redes de eletricidade e gás.	Medida 1 - Transposição das matérias referentes às transferências estatísticas e projetos conjuntos entre Estados-membros da Diretiva 2009/28/CE	Contribuir para o cumprimento das metas nacionais de utilização de energias renováveis a atingir por outros Estados-membro através de transferências estatísticas ou da realização de projetos conjuntos em território nacional.	Consagração da possibilidade, prevista naquela Diretiva, de atingir as metas nacionais de utilização de energias renováveis através de transferências estatísticas entre Estados -membros, e da realização de projetos conjuntos, com entidades públicas ou operadores privados de outros Estados-membros ou países terceiros, no âmbito da produção de eletricidade, aquecimento ou arrefecimento a partir de fontes de energia renováveis.	Decreto-Lei n.º 39/2013	Realização de várias interações com diferentes Estados-membros com o objetivo de implementar projetos conjuntos.	Progridir na concretização de projetos conjuntos com outros Estados -membros, sendo que para o efeito, revela-se de extrema importância assegurar o desenvolvimento das interligações entre a Península Ibérica e a Europa.	Impacto positivo ao nível das metas do pacote de energia/clima.	Necessidade de garantir o desenvolvimento das interligações com a Europa, que permita a transferência física de energia.	n.a.	n.a.
	REP 6.3 Aplicar o plano abrangente de longo prazo de transportes, bem como o «cronograma» que estabelece as reformas do setor portuário.	Medida 1 - Plano de longo-prazo para os transportes e cronograma para a reforma do setor dos portos.	Aumentar a competitividade das exportações nacionais através da redução dos custos de transporte de mercadorias, em especial por modo ferroviário e marítimo.	Implementação dos projetos de investimento prioritários previstos no Plano Estratégico das Infraestruturas e Transportes PETG+ 2014-2020.		Foi aprovado o PETG+ a 3 de Abril de 2014. Foi realizada a Avaliação Ambiental Estratégica pelo LNEC. Foram iniciados estudos e obras para os projetos com maior grau de maturidade. Foram apresentadas candidaturas a financiamento comunitário através do mecanismo CEF.	Aprovação de candidaturas CEF. Lançamento de concursos para execução dos projetos.	n.a.	Risco de obtenção de financiamento comunitário. Risco de obtenção de financiamento privado. Risco de obtenção de financiamento público para a componente de comparticipação nacional.	Fundos Públicos: 1.359M€ Fundos Privados: 1.880M€ Financiamento Europeu: 2.628M€ Total: 5.067M€	Aumentar a competitividade das exportações nacionais através da redução dos custos de transporte de mercadorias, em especial por modo ferroviário e marítimo.
	REP 6.4 Completar as concessões de transportes para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.	Medida 1 - Acordos de concessão dos transportes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto	Aumentar a sustentabilidade financeira, a qualidade e o número de passageiros dos serviços públicos de transporte de passageiros em Lisboa e no Porto.	Subconcessão dos serviços públicos de transporte de passageiros no Porto (STCP e Metro do Porto) e em Lisboa (Carris e Metro de Lisboa).	RCM 47/2014 (Subconcessão STCP e MP) RCM 10/2015 (Subconcessão Carris e ML)	Foi aprovado em Julho de 2014 a RCM que aprova o lançamento do concurso internacional para a STCP e MP, o qual foi lançado em Agosto de 2014. A fase de entrega de propostas terminou em Dezembro de 2014. Foi já realizada a adjudicação. Foi aprovado em Março de 2015 a RCM que aprova o lançamento do concurso internacional para a Carris e ML, o qual foi lançado em Março de 2015.	Assinatura dos contratos relativos ao Porto. Conclusão do concurso público relativo a Lisboa.	n.a.	Conclusão da assinatura dos contratos do Porto. Condução do processo de concurso de Lisboa.	Poupanças Porto: 150M€ em 10 anos Poupanças Lisboa: 150M€ em 8 anos	Aumentar a sustentabilidade financeira, a qualidade e o número de passageiros dos serviços públicos de transporte de passageiros em Lisboa e no Porto.
	REP 6.5 Assegurar que a renegociação das concessões portuárias existentes, bem como os novos regimes de autorização, são orientados para os resultados e estão em consonância com os princípios do mercado interno, em especial das regras aplicáveis aos contratos públicos.	Medida 1 - Negociação dos contratos de concessão portuários	Aumentar a competitividade das exportações nacionais através da redução dos custos de transporte de mercadorias no modo marítimo.	Negociação dos contratos de concessão portuários, por forma a transferir uma parte significativa dos benefícios das reformas portuárias implementadas desde 2011 para os utilizadores finais	Despacho SEITC de 14 de março de 2014	Foi aprovado despacho do Sr. SEITC e criadas 5 Comissões de Negociação, para os Portos de Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines. Foi já finalizado o acordo relativo ao Porto de Sines.	Conclusão das negociações relativas aos 4 portos em curso.	n.a.	Realização da negociação, dependente de obtenção de acordo com a contraparte.	n.a.	Aumentar a competitividade das exportações nacionais através da redução dos custos de transporte de mercadorias no modo marítimo.

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 6	REP 6.6 Assegurar que a autoridade reguladora nacional para os transportes (AMT) seja totalmente independente e esteja operacional até ao final de setembro de 2014	Medida 1 - Separação do IMT da AMT	Reforçar os mecanismos de regulação económica do setor dos transportes terrestres.	Concluir a separação do IMT/AMT através da entrada em funcionamento da AMT.	Decreto-Lei 78/2014	Foi aprovado o diploma que cria a AMT.	Nomeação da direção da AMT. Início da atividade da AMT.	n.a.	n.a.	n.a.	Reforçar os mecanismos de regulação económica do setor dos transportes terrestres.	
	REP 6.7 Assegurar a sustentabilidade financeira das empresas públicas no setor dos transportes.	Medida 1 - Estabilidade financeira das empresas estatais no setor dos transportes	Assegurar o equilíbrio financeiro das empresas públicas de transportes, em termos sustentáveis para as contas públicas.	Assegurar e equilíbrio operacional (EBTIDAr) e a reestruturação financeira faseada da dívida histórica das empresas públicas de transportes.		Foram reduzidos os custos operacionais e aumentados os proventos operacionais de todas as empresas públicas de transportes, designadamente através da redução do nº de trabalhadores. Procedeu-se ao lançamento dos concursos públicos para subconcessão de Lisboa e Porto previstos na medida CSR 6.2	Conclusão dos processos concursais relativos a Lisboa e ao Porto. Lançamento de processos concursais relativos a Transtejo e CP.	n.a.	Riscos associados à conclusão dos concursos públicos, identificados em CSR 6.2	85M€/ano a partir de 2015 Ver ponto CSR 6.2	Assegurar o equilíbrio financeiro das empresas públicas de transportes, em termos sustentáveis para as contas públicas	
	REP 6.8 Reforçar a eficiência e a concorrência no setor ferroviário, aplicando o plano para a competitividade da CP Carga, após a transferência dos terminais de mercadorias, assegurando a independência administrativa do gestor da infraestrutura pública e das empresas ferroviárias.	Medida 1 - Privatização da CP Carga.	Aumentar a competitividade das exportações nacionais, através da promoção da concorrência no transporte ferroviário de mercadorias.	Aumento da eficiência e da concorrência no setor ferroviário, através da implementação do plano para a competitividade da CP carga, após a transferência dos terminais de carga, assegurando simultaneamente a independência entre a gestão da infraestrutura de propriedade estatal e as empresas de transporte ferroviário.		Foi criada a equipa de privatização da CP Carga, que está a analisar os diferentes modelos e business plan.	Lançamento do processo formal de privatização.	n.a.	Risco de conclusão com sucesso do processo de privatização.	n.a.	Aumentar a competitividade das exportações nacionais através da promoção da concorrência no transporte ferroviário de mercadorias.	
REP 7	REP 7.1 Melhorar o processo de avaliação do mercado da habitação, incluindo a criação, até ao final de 2014, de um quadro mais sistemático de acompanhamento e comunicação de informações e a elaboração de um relatório aprofundado sobre a economia paralela nesse mercado.	Medida 1 - Avaliação dos desenvolvimentos no mercado da habitação	Garantir o acompanhamento do mercado quanto à habitação, garantindo a necessária partilha de informação na administração, com o objetivo da monitorização estatística da evolução do mercado de arrendamento em Portugal.	Partilha de dados relativos ao arrendamento urbano dentro da administração pública, assegurando o correto acompanhamento do setor da habitação, a fim de promover as melhores políticas, assente na totalidade dos contratos existentes. A partilha de dados inclui pelo menos os seguintes: a) data de celebração do contrato; b) regime de arrendamento; c) duração do arrendamento; d) valor da renda; e) data de cessação do contrato.	Despacho n.º 1043/2015	Apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho, com a missão de elaborar uma proposta de modelo de monitorização do mercado da habitação, em especial do mercado do arrendamento urbano.					Uma vez estabilizada a partilha dos dados referidos no âmbito da reforma do IRS, a administração poderá acompanhar e avaliar a evolução do mercado da habitação, em especial do mercado do arrendamento urbano.	

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas								Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos	
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)	
REP 7	REP 7.2 Prosseguir os esforços para a realização de inventários adicionais dos encargos regulamentares com vista a incluir, até março de 2015, setores ainda não abrangidos.	Medida 1 – Iniciativa para a Simplificação Administrativa e Regulatória	Dotar o país de de serviços públicos mais modernos e mais próximos dos cidadãos.	Levantamento de entraves burocráticos (regulatory burdens) às atividades económicas, bem como a oportunidades de reforma dos mesmos.	n.a.	Primeiro semestre de 2014: efetuada a ronda de contactos com empresários das indústrias e de comércio e serviços e uma série de workshops.	Abril 2015 – lançamento do portal do Programa Simplificar Maio 2015 – conclusão dos contactos com empresários dos sectores da agricultura, da construção e do turismo Julho 2015 – workshop de simplificação administrativa e regulatória sobre os novos entraves apurados	n.a.	A medida requer colaboração ativa dos empresários, através das respetivas associações, o que se tem revelado menos simples do que inicialmente previsto. Há incerteza quanto ao tipo e qualidade dos contributos a receber através do Portal do Simplificar.	Não há receita nem despesa significativas.	A medida deverá produzir impactos positivos no ambiente económico (business environment), reduzindo os custos de contexto para as empresas e aumentando a atratividade do país para o investimento externo. Estimase que estes efeitos, relativamente difusos, se possam fazer sentir ao longo dos 2 anos subsequentes.	
	REP 7.3 Adotar e aplicar, até ao final de setembro de 2014, os decretos pendentes relativos a licenças e as alterações setoriais.	Medida 1 - Regime de Licenciamento Único Ambiental (LUA)	Contribuir para reduzir a dispersão legal e minimizar os custos relacionados com a morosidade dos procedimentos associados à multiplicidade de licenças.	Congregação num único ato, o Título Único Ambiental (TUA), dos vários regimes jurídicos previstos e respectivos procedimentos na obtenção de licenciamento ambiental. Interligação, através do LUA, do Sistema da Indústria Responsável, do Regime de Exercício das Atividades Pecúrias e do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas; o LUA funciona a partir da plataforma eletrónica Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAmb). A gestão dos pedidos de licenciamento apresentados, garantindo o cumprimento do disposto na legislação, cabe à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que se constitui gestora dos procedimentos.		Aprovação em Conselho de Ministros a 29 de janeiro de 2015.	Promulgação e publicação do diploma Implementação técnica com conclusão dos trabalhos de desenvolvimento da plataforma eletrónica associada Procedimentos internos administrativos no sentido de operacionalização do novo regime e sua disponibilização ao público.					
		Medida 2 - Revisão do quadro jurídico do setor dos recursos geológicos	Maximizar o dinamismo, a competitividade e a responsabilidade social e ambiental do setor dos recursos geológicos em Portugal.	Aprovação do regime jurídico que define a revelação e aproveitamento dos depósitos minerais. Aprovação do regime jurídico que define a revelação e o aproveitamento das águas minerais naturais, das águas mineroindustriais, dos recursos geotérmicos e das águas de nascente. Adoção de uma visão integrada dos recursos geológicos, incidindo sobre os recursos passíveis de exploração, ou seja, sobre indústria extrativa de minérios metálicos e não metálicos, as águas minerais e de nascente e também sobre outros bens naturais com interesse geológico e mineiro, com vista à sua preservação e conservação.	Lei de Bases dos Recursos Geológicos	Aprovação, em Conselho de Ministros, a 5 de março de 2015, de uma proposta de Lei de Bases dos Recursos Geológicos.					Desburocratização de procedimentos. Celeridade no processo de atribuição de direitos. Aumento do número de contratos de exploração. Maior dinamismo do setor. Melhoria no conhecimento geológico do território.	
	REP 7.3 Adotar e aplicar, até ao final de setembro de 2014, os decretos pendentes relativos a licenças e as alterações setoriais.	Medida 3 - Reforma do Cadastro	Permitir a disponibilização da informação de natureza cadastral e de cadastro predial e a sua interoperabilidade com os sistemas de informação das entidades com competências nesta matéria, designadamente a Autoridade Tributária e o Instituto de Registos e Notariado.	Consolidação de um novo modelo para o cadastro, onde será operacionalizado uma plataforma aplicacional relativa ao conjunto de dados e informação geo-espacial – o Sistema Nacional de Informação Cadastral - no âmbito da estrutura predial nacional.							Maior conhecimento da realidade fundiária (dimensão, localização e propriedade), com particular enfoque na propriedade rústica. Maior eficácia das políticas de ordenamento do território e florestal, gestão de riscos e prevenção de incêndios florestais. Maior segurança nos negócios jurídicos.	
		Medida 4 - Revisão do Quadro Legal do Ordenamento do Território		Reforma transversal aos diferentes sectores e aos diferentes níveis da administração, impondo um novo modelo de planeamento capaz de alterar a forma de ocupação do território e de encerrar o investimento em Portugal. Principais alterações: concentração de todas as regras vinculativas dos particulares num único plano, o plano municipal; classificação do solo em duas classes, solo rústico ou solo urbano, eliminando a classificação de solo urbanizável; reforço da cooperação intermunicipal; maior dinâmica e racionalidade do planeamento, garantias dos particulares.	Lei de Bases da Política Pública de Solos (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio)	Medida executada.	Acompanhamento da implementação da reforma.				Desburocratização de procedimentos. Celeridade nos Processos de Licenciamento. Maior segurança jurídica nos investimentos.	
		Medida 5 - Alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação	Simplificar o controlo de operações urbanísticas.	Alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação que promove 6 inovações que vêm reduzir substancialmente os atuais constrangimentos em matéria de licenciamento: 1. novo regime de comunicação prévia; 2. redução do âmbito da apreciação no Licenciamento; 3. diminuição dos prazos das consultas externas; 4. inclusão do interessado nas conferências decisórias; 5. novo conceito de reconstrução; 6. inclusão de prazo nos alvarás de loteamento.	Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro	Medida executada.	Acompanhamento da implementação da medida junto dos municípios e entidades licenciadoras.					

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas							Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objectivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)
REP 7	REP 7.3 Adotar e aplicar, até ao final de setembro de 2014, os decretos pendentes relativos a licenças e as alterações setoriais.	Medida 6 - Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas	Estabelecer um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas, criando um contexto favorável ao investimento.	Instituição de um regime, de caráter transitório e excecional, de regularização das atividades industriais, das atividades pecuárias, das operações de gestão de resíduos e das explorações de pedreiras existentes à data da sua entrada em vigor que não possuam título válido ou atualizado de exploração ou de exercício, bem como o regime a aplicar à alteração ou ampliação daqueles estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração ou de exercício válido e atualizado e cuja alteração ou ampliação não seja compatível com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública.	Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro	Medida executada.	Acompanhamento da implementação regime junto dos municípios e entidades licenciadoras.				
		Medida 7 - Regime Excecional de Reabilitação Urbana	Promover uma política urbana capaz de responder às necessidades e recursos de hoje, num edifício já existente e que importa recuperar tornando-o atrativo e capaz de gerar riqueza agora e no futuro.	Estabelecimento de um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação urbana, que representa uma sólida opção por uma reabilitação evolutiva que permita a melhoria das condições de habitabilidade, em equilíbrio com o edificado existente e capacidade económica do proprietário. Aplica-se à reabilitação de edifícios ou de frações, concluídos há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos, total ou predominantemente, ao uso habitacional e desde que a operação urbanística não origine desconformidades, nem agrave as existentes, ou contribua para a melhoria das condições de segurança e salubridade do edifício ou fração.	Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril	Medida executada.	Acompanhamento da implementação regime junto dos municípios e entidades licenciadoras.				
	REP 7.4 Eliminar, até ao final de setembro de 2014, as restrições ainda existentes no setor dos serviços profissionais e adotar os estatutos alterados dos órgãos profissionais que ainda não tenham sido adotados no âmbito do Programa de Ajustamento Macroeconómico.	Medida 1 - Estatutos das Ordens Profissionais	Eliminar restrições excessivas no acesso às profissões, estabelecendo parâmetros transversais a todas as Associações Públicas Profissionais e obrigando a que todas as restrições (que sejam consideradas justificadas e proporcionais) constem dos seus estatutos.	Alterações aos Estatutos das seguintes associações profissionais: APP dos Psicólogos, Nutricionistas, Médicos Dentistas, Farmacêuticos, Revisores Oficiais de Contas, Técnicos Oficiais de Contas, Despachantes Oficiais, Biólogos, Arquitetos, Economistas, Engenheiros, Engenheiros Técnicos, Médicos Veterinários, Advogados, Solicitadores, Notários, Enfermeiros e Médicos		Aprovado em Conselho de Ministros	Conclusão do procedimento legislativo				
REP 8	REP 8.1 Prosseguir com a racionalização e modernização da administração pública central, regional e local.	Medida 1 – Iniciativa para a Simplificação Administrativa e Regulatória	Modernizar a administração pública. Utilizar soluções TIC comuns no setor público, melhorando a sua governação e reduzindo custos através delas. Estimular o crescimento económico.	Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos com as TIC no Estado (POETIC); consolidação dos planos de ação setorial na Administração Pública. Definição de arquiteturas e normas, estabelecendo uma estratégia transversal para as TIC. Obtenção de quick wins, potenciando a aplicação imediata de medidas, que, pelo seu impacto, aumentem a visibilidade dos benefícios a obter pela implementação global do Plano.	Estão para aprovação em Conselho de Ministros dois diplomas, um relativo à interoperabilidade e outro que define a Estratégia Nacional para a Cloud, Centros de Dados e Comunicações.		Abril de 2015 - Criação da "Direção TIC GOV", do site "TIC.GOV PT"	n.a	Criação de uma cultura de governação integrada que permita através de uma partilha de recursos, competências e saberes racionalizar a utilização das TIC no sector público com a finalidade de servir melhor os cidadãos e agentes económicos. Risco: funcionamento em "silos".	Os planos setoriais identificaram poupanças estimadas num valor superior a 328 Milhões de Euros até 2016 (TIC – 140 Milhões de Euros; Não TIC - 188 Milhões de Euros).	
	REP 8.1 Prosseguir com a racionalização e modernização da administração pública central, regional e local.	Medida 2 – Programa Aproximar	Melhorar os serviços de atendimento da Administração Central através da integração do atendimento dos vários serviços públicos presentes em cada município, garantindo-se uma maior racionalização de serviços e estruturas físicas, bem como uma maior eficiência na cobertura e diversidade de serviços públicos disponibilizados.	Programa que concebe um novo modelo de organização dos serviços públicos, privilegiando a proximidade da Administração Pública aos cidadãos e às empresas. Baseia-se em três pilares de reorganização da rede física de serviços: a integração dos serviços de atendimento em Lojas do Cidadão (com pelo menos uma por concelho); a reorganização e otimização dos back offices dos serviços públicos; e, finalmente, o alargamento da rede complementar dos Espaços do Cidadão, com soluções de atendimento digital assistido (com um objetivo de cerca de mil em todo o território nacional). Contempla ainda duas soluções de mobilidade que reafirmam o objetivo de aproximação dos serviços públicos aos cidadãos, o transporte a pedido do «Portugal Porta-a-Porta» e as «Caminhas do Cidadão», funcionando como Espaços do Cidadão móveis, que permitirão levar os serviços até às regiões de menor densidade populacional.	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2014	Set-Out/2014: Apresentação do Programa aos 42 Municípios das 4 CIM Piloto (Ceste, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Alto Tâmega) Out-Dez/2014: Articulação da integração em Lojas do Cidadão com os serviços da Administração Central Dez-Mar/2015: Desenvolvimento do projeto de Lojas do Cidadão para 13 municípios voluntários (não pertencentes ao grupo piloto) Até Mar 2015: Protocolos de Espaço do Cidadão assinados com 111 municípios, abrangendo um total de 355 Espaços do Cidadão (com 126 já em funcionamento).	Abril 2015 – assinatura de Memorandos de Adesão e Protocolos para os 42 municípios piloto (bem como para as 13 Lojas em desenvolvimento em municípios voluntários) Setembro 2015 – conclusão de Lojas do Cidadão beneficiárias de financiamento QREN	n.a	Nível de adesão dos municípios envolvidos com os contratos de arrendamento dos serviços da administração central só assumido expressão relevante em 2016, após inauguração das Lojas do Cidadão em atual fase de projeto.	A poupança em rendas imobiliárias com os contratos de arrendamento dos serviços da administração central é superior à expressa no âmbito da programação do QREN.	O Programa dará um verdadeiro contributo de aproximação dos serviços públicos aos cidadãos, sobretudo nos territórios de baixa densidade, quer pela disponibilização de Lojas do Cidadão por município, quer pela complementaridade e capilaridade da Rede de Espaços do Cidadão. Nas regiões mais periféricas e de muito baixa densidade populacional as Caminhadas do Cidadão terão ainda benefícios adicionais de presença e disponibilização de serviços às populações mais distantes dos centros municipais.

Número da REP (1)	Sub-categoria da REP (2)	Nº e nome da medida (3)	Informação acerca das medidas previstas e das medidas já promulgadas							Impactos previstos	
			Descrição das principais medidas com relevância direta para o cumprimento da REP					Metas Europa 2020	Desafios/Riscos	Implicações orçamentais	Elementos qualitativos
			Principais objetivos e relevância para a REP (4)	Descrição da medida (5)	Instrumentos legais/ administrativos (6)	Calendarização dos progressos alcançados nos últimos 12 meses (7)	Calendarização dos próximos passos (8)	Contribuição estimada para as metas da Europa 2020 (9)	Desafios/riscos específicos da implementação das medidas (10)	Variação total e anual na receita e despesa do Estado Contribuição dos fundos da UE (fonte e montantes) (11)	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização (12)
REP 8	REP 8.1 Prosseguir com a racionalização e modernização da administração pública central, regional e local.	Medida 3 – Programa Descentralização de Funções Sociais	Incrementar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos pelos municípios ou entidades intermunicipais, a promoção da coesão territorial e o desenvolvimento de projetos de excelência com adoção de procedimentos inovadores e diferenciados de gestão, permitindo a otimização dos serviços prestados ao nível local.	Descentralização voluntária nas quatro funções sociais (educação, saúde, ação social e cultura) e que tem como características essenciais a contratualização e adesão voluntária dos municípios.	Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro						
	REP 8.2 Aplicar as reformas a fim de melhorar a eficácia do sistema judicial e aumentar a transparência.	Medida 1 - Reorganização do mapa judicial	Agilizar a distribuição e tramitação processual, bem como simplificar a afetação de recursos humanos. Implementar um modelo de gestão por objetivos, contribuindo para aumentar a eficiência, a eficácia e a transparência do sistema de justiça.	Novo modelo organizativo assente em três pilares: i) alargamento da base territorial das circunscrições judiciais, ii) instalação de jurisdições especializadas a nível nacional e iii) implementação de um novo modelo de gestão das comarcas. Apostar na especialização, dotando todo o território nacional de jurisdições especializadas.	Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto	Em vigor desde setembro de 2014. O sistema está em pleno funcionamento. Lançadas as bases para a concretização da monitorização dos resultados de cada Tribunal. Estão identificados os indicadores de gestão necessários para a monitorização da atividade dos tribunais e para a aferição do grau de cumprimento dos objetivos que forem fixados. Foi construída uma nova ferramenta informática que, além de dar a conhecer a atividade de cada tribunal, funcionará como um "painel de navegação", permitindo identificar pontos de estrangulamento, antecipar problemas, equacionar medidas e aferir o impacto e a eficácia das medidas de gestão adotadas.	Monitorização da reforma, nos termos e com recurso aos instrumentos indicados na coluna 7.		A conversão de 231 em 23 Comarcas implicou, necessariamente, uma adaptação quer de recursos humanos, quer técnicos, quer mesmo ao nível de infraestruturas.		Esta reforma torna possível que todos os cidadãos tenham acesso a uma vasta cobertura de justiça especializada. Veja-se em números: - instâncias centrais cíveis - de 32 (10% de cobertura) passa para 308 municípios (100% de cobertura); - instâncias centrais criminais - de 16 (5% de cobertura) para 308 municípios (100% de cobertura); - secções de instrução criminal - de 42 (14% de cobertura) para 212 municípios (69% de cobertura); - secções de família e menores - de 83 (27% de cobertura) para 235 municípios (79% de cobertura); - secções do trabalho - mantém-se nos 295 municípios (96% de cobertura); - secções de comércio - de 35 (11% de cobertura) para 193 municípios (63% de cobertura); - secções de execução - de 20 (6% de cobertura) para 210 municípios (68% de cobertura); - departamentos de investigação e ação penal - de 8 (3% de cobertura) para 226 municípios (73% de cobertura).
		Medida 2 - Legislação anti-corrupção	Combater a corrupção.	Alterações às seguintes leis: Lei dos Crimes de Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos; Lei do regime de responsabilidade penal por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva; Lei que aprova medidas de combate à corrupção, alargando o regime das garantias dos denunciadores aos trabalhadores do setor privado, bem como integrando no leque dos direitos dos trabalhadores denunciadores o direito de beneficiar das medidas previstas na lei da proteção de testemunhas em processo penal; e Lei da corrupção no comércio internacional e no setor privado.		Em procedimento legislativo					
	REP 8.3 Intensificar os esforços de avaliação da execução das reformas empreendidas no âmbito do Programa de Ajustamento Macroeconómico, bem como de reformas programadas e futuras.	Medida 1 - avaliação das reformas estruturais	Implementar um sistema regular de avaliação das reformas estruturais.	Implementação de um roadmap para por em prática o sistema de avaliação de reformas.	Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril		Celebração de acordo com a Universidade contratada		Esforço para não haver derrapagem dos prazos previsto no roadmap, que são apertados.		Melhoria do conhecimento do impacto das reformas implementadas.

Tabela 2. Avaliação do impacto quantitativo das medidas

Número da CRS (1)	Sub-categori a da CRS (2)	Nº e nome da medida (3)	Elementos metodológicos		Elementos quantitativos								
			Características relevantes do modelo utilizado/técnica de estimação (13)	Principais hipóteses macroeconómicas e de simulação (14)	Principal resultado de simulações macroeconómicas (15)							Outros impactos/ indicadores (18)	
					Descrição (16)	Efeito anual sobre o PIB e outras variáveis macroeconómicas* (17)							
						Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Ano t+5		Ano t+50
7	7.3	Medida 1 - Cerca de 70 alterações legislativas setoriais.	Modelo PESSOA. Estima o impacto de uma variação de 2 pp. no mark-up do setor não-transaccionável sobre PIB, consumo privado, investimento e exportações líquidas.	Hipóteses assumidas: 1) A relação entre variação do mark-up do setor não-transaccionável e o impacto sobre as variáveis relevantes é linear. 2) O coeficiente dessa relação linear é igual para todos os setores que constituem o setor não-transaccionável. 3) Redução do mark-up no setor dos serviços: 4 pp. (dados para o setor do retalho; Thum-Thysen e Canton, 2015). 4) As reformas produzem efeitos independentes entre si.	PIB	-0,4	0,1	0,6	0,5	0,6	0,8	2,5	
		Consumo privado			-1,1	-0,6	0,5	0,5	0,4	0,7	3,5		
		Investimento			0,2	1,4	2,5	2,8	2,8	2,8	4,1		
		Exportações líquidas			1,3	3,1	2,7	2,0	2,3	2,6	2,5		
		Emprego**			0,0	1,7	2,6	2,1	2,1	2,3	2,8		
		Contribuição dos fatores de produção para o PIB potencial (trabalho, capital, PTF)			n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
	7.4	Medida 1 - Revisão dos requisitos de acesso e exercício das profissões reguladas.	Modelo PESSOA. Estima o impacto de uma variação de 2 pp. no mark-up do setor não-transaccionável sobre PIB, consumo privado, investimento e exportações líquidas.	Hipóteses assumidas: 1) A relação entre variação do mark-up do setor não-transaccionável e o impacto sobre as variáveis relevantes é linear. 2) O coeficiente dessa relação linear é igual para todos os setores que constituem o setor não-transaccionável. 3) Redução do mark-up: 1 pp. (cálculos de Thum-Thysen e Canton, 2015). 4) As reformas produzem efeitos independentes entre si.	PIB	-0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,2	0,6	
		Consumo privado			-0,3	-0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,9		
		Investimento			0,1	0,3	0,6	0,7	0,7	0,7	1,0		
		Exportações líquidas			0,3	0,8	0,7	0,5	0,6	0,6	0,6		
		Emprego**			0,0	0,4	0,6	0,5	0,5	0,6	0,7		
		Contribuição dos fatores de produção para o PIB potencial (trabalho, capital, PTF)			n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
					n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
					n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
					n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		

* Desvios relativamente ao cenário base sem reformas.

** Procura de emprego

Observação: Os presentes resultados foram obtidos pelo Ministério das Finanças, recorrendo ao modelo PESSOA desenvolvido pelo Banco de Portugal e utilizando estimativas de resposta a choques anteriormente testados (Almeida, Castro e Félix, 2008: <https://www.bportugal.pt/en-US/BdP%20Publications%20Research/WP200816.pdf>). A responsabilidade do atual exercício recai exclusivamente sobre o Ministério das Finanças.

Tabela 3. Progresso na implementação da estratégia para cumprir as metas Europa 2020

Progresso na implementação	Lista de medidas implementadas em resposta ao compromisso assumido e respetivo ponto de situação	Impactos estimados das medidas (qualitativos e/ou quantitativos) ¹
<i>National 2020 headline targets</i>		
Meta nacional de emprego para 2020	Plano de relançamento do Serviço Público de Emprego; modelo de intervenção para o ajustamento, reforma das medidas ativas de emprego e medida Vida Ativa (ver Recomendações 3.2 e 4.2).	
	Novo diploma enquadrador da política de emprego (ver recomendação 3.2).	
	Dinamização da contratação coletiva: subida do salário mínimo sem comprometer a competitividade, critério adicional para a emissão de portarias de extensão, redução dos prazos de sobrevivência das convenções coletivas e suspensão temporária das convenções (ver recomendação 2).	
	Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ): Portal Garantia Jovem, rede de parceiros, medidas de educação e formação, medidas de transição para o mercado de trabalho (Estágios Emprego) e medidas de inserção no mercado de trabalho (Estímulo Emprego, Emprego Jovem Ativo, Programa Investe Jovem) (ver recomendação 3.3).	
	Sistema Nacional Qualificações (SNQ): Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) (ver recomendação 4.1).	
Meta nacional de I&D 2020	Criação da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente.	O valor estimado para a implementação da estratégia é de 18.274 euros, com o investimento do setor público a atingir, em 2020, os 0,94% do PIB e o das empresas 1,7%.
	Promoção da contratação (aberta a empresas) de investigadores doutorados internacionalmente competitivos através do Programa Investigador-FCT.	De 2012 a 2014 foram contratados 596 doutorados.
	Iniciativas para promover a comercialização dos resultados da investigação pública: Global Start-up Programme, University Technology Enterprise Network (UTEN), colaboração com Universidade Carnegie-Mellon, programas em parceria com Massachusetts Institute of Technology e linha de transferência de conhecimentos com apoio da Agência Espacial Europeia.	
Meta de redução de emissão de gases de efeito de estufa	Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPIC): O QEPIC inclui o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020-2030), a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC 2020), o Sistema Nacional para Políticas e Medidas (SPeM), o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosférico, bem como as dimensões de governação e financiamento.	Na vertente de mitigação das alterações climáticas o PNAC 2020-2030 visa promover a transição para uma economia competitiva e de baixo carbono, designadamente através da redução de emissões de GEE. Pretende-se alcançar uma meta de redução de emissões de GEE de -18% a -23% em 2020 e de 30% a 40% em 2030 em relação a 2005 (-11% em 2013) colocando Portugal num trajetória de redução de emissões de longo prazo em linha com os objetivos europeus.
	Compromisso para o Crescimento Verde (CCV)	Alinhado com cenários de referência PNAC e com os objetivos 2020.
	Reforma da Fiscalidade Verde: - Aplicação de uma taxa sobre o carbono; - Agravamento das taxas de ISV em função das emissões de CO ₂ ; - Majoração para efeitos fiscais do custo com eletricidade utilizados em transportes públicos de passageiros e mercadorias; - Incentivos aos carros elétricos, híbridos plug-in, GPL e GNV; - Dedução do IVA em viaturas de turismo eléctricas ou híbridas plug-in, GPL e GNV; - Incentivo à criação de sistemas de bike-sharing e car-sharing nas empresas; - Incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida.	Taxa de carbono: Promove uma economia de baixo carbono, de combate às alterações climáticas e redução da dependência energética do exterior, através de uma taxa de carbono, que passa a incidir sobre os setores não incluídos no sistema CELE. Impacto em 2015: receita de 95 milhões de euros; Agrava as taxas de ISV nos veículos a gasolina e gasóleo em função das emissões de CO ₂ . Impacto em 2015: receita de aprox. 28 milhões de euros; Incentivos aos carros elétricos: Impacto em 2015: despesa de aprox. 8 milhões de euros; Dedução do IVA em viaturas de turismo: Impacto em 2015: despesa de aprox. 1 milhões de euros; Veículos em fim de vida: Incentivo para os veículos elétricos novos: 4500€, Incentivo para os veículos híbridos plug-in: 3250€
	Promoção da Mobilidade Sustentável: Ao abrigo deste programa prevê-se a substituição de 1200 veículos elétricos na renovação da frota da Administração Pública (AP), até 2020, em contexto de gestão centralizada de frota pela ESPAP.	Liderar pelo exemplo e implementar um programa que atue sobre três eixos prioritários: gestão da mobilidade, tecnologia e comportamentos

Progresso na implementação	Lista de medidas implementadas em resposta ao compromisso assumido e respetivo ponto de situação	Impactos estimados das medidas (qualitativos e/ou quantitativos) ¹
<i>National 2020 headline targets</i>		
Meta de energia renovável	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (RCM nº20/2013, de 28 fev)	31% em 2020; 23,7% para trajetória indicativa para 2013-2014; 25,7% em 2013
	Compromisso para o Crescimento Verde: Alinhamento com o objetivo definido na proposta de Portugal constante do pacote Energia-Clima 2030, a fim de reforçar o peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia.	Reforçar o peso das energias renováveis (% no consumo final bruto de energia): 25,7% em 2013, crescimento médio anual estimado até 2030 de 2,6%, atingindo-se 31% em 2020 e 40% em 2030.
Meta nacional de eficiência energética	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (RCM nº20/2013, de 28 fevereiro)	≤24 Mtep em Consumo de energia Primária em 2020; 21,7 Mtep em Consumo de Energia Primária em 2013
	Compromisso para o Crescimento Verde: Cumprimento do PNAEE até 2020 (Intensidade Energética - tep/milhões de euros PIB) e Redução de 30% sobre baseline energética em 2030.	Aumentar a eficiência energética: 129 Intensidade Energética - tep/milhões de euros PIB em 2013, prevendo-se uma redução média anual até 2030 de 1,4%, atingindo-se 122 tep/milhões de euros PIB em 2020 e 101 tep/milhões de euros PIB em 2030 (-25% em 2020 e -30% em 2030).
Meta nacional de abandono escolar precoce	De entre as medidas de política educativa mais recentes, orientadas para a promoção da qualidade da educação, destacam-se o reforço dos conhecimentos essenciais dos alunos, a promoção do sucesso e combate ao abandono escolar, a implementação de ofertas mais ajustadas a todos os alunos e o reforço da autonomia das escolas. Todas estas medidas concorrem para a prevenção e remediação do abandono escolar precoce. Conferir Tabelas 1, 4.1. e 4.2.	
Meta nacional para ensino superior	Continuação de uma política ativa de ação social direta através de atribuição de bolsas de estudo a estudantes economicamente carenciados com aproveitamento académico.	
	Programa Retomar: permite o regresso ao ensino a estudantes que pretendam completar formações anteriormente iniciadas ou relizar uma formação diferente (programa integrado não Programa Garantia Jovem).	Este programa permitiu, no ano letivo 2014-2015, o regresso de 200 estudantes ao ensino superior.
	Criação do Portal InfoCursos, uma plataforma informática que reúne informação sobre todos os cursos de licenciatura e mestrado integrado ministrados em Portugal.	
	Criação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP).	Em resultado da articulação com cerca de 1.600 empresas, existe um total de 4.097 estágios assegurados. Pretende-se atingir os 35.000 diplomados até 2020.
	Criação do Programa + Superior	Foi alcançada a meta de 1.000 estudantes com bolsa de mobilidade atribuída, meta que se renovará para o próximo ano letivo.
Meta nacional para ensino superior *	Ver na coluna 9 da tabela 1	Não estão quantificados os impactos.

¹ referência cruzada com coluna 9 da tabela 1

* o método generalizado da medição da pobreza (e utilizado para definir a meta em Portugal) assenta no conceito de pobreza relativa e na definição da linha de pobreza relativa, o que, face aos atuais instrumentos de medida e indicadores, e natureza das medidas não permite quantificar os impactos daquelas intervenções. Na verdade, as intervenções públicas em matéria de combate à pobreza, levadas a cabo nos últimos anos, numa lógica de emergência social permitem a satisfação de necessidades básicas a qual é fundamental para que os cidadãos possam aceder a outros patamares de cidadania, nomeadamente usufruírem de respostas e serviços existentes (rede de equipamentos sociais, equipamentos de saúde e educação, etc.) e de treino de competências pessoais, sociais, educativas e profissionais, de forma a facilitar a sua inserção socioprofissional e a estimular a sua participação social.

É, aliás, com este propósito de envolver os públicos em situação de vulnerabilidade social e económica acrescida, capacitando-os para a sua plena participação na sociedade, que estão em curso (ou iniciarão como novo quadro comunitário), medidas de política que promovam a participação de adultos e crianças que compõem estes agregados as quais estão listadas na tabela 1.

Tabela 4. Síntese dos principais compromissos de reforma para 12 meses

Principais (novos ou atualizados) compromissos do PNR para os próximos 12 meses	Principais medidas previstas e indicação da sua relevância para as CSRs	Impactos estimados das medidas (qualitativo e/ou quantitativo)
Compromisso para o Crescimento Verde: fixa 13 objetivos quantificados para 2020 e 2030; formula 106 iniciativas repartidas por 10 setores (Água, Resíduos, Agricultura e Floresta, Energia e Clima, Mobilidade e Transportes, Indústria Transformadora e Extrativa, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas, Cidades e Território, Mar, Turismo e 6 catalisadores (Financiamento, Promoção Internacional, Fiscalidade, I&D&I, Informação e Participação e Contratação Pública).	Desenvolver a economia verde de forma a obter ganhos de competitividade superiores à média nacional.	<p>Aumentar VAB "verde" a taxa média anual de 5,0%, atingindo 2,1 milhares milhões de euros em 2020 e 3,4 milhares de milhões de euros em 2030.</p> <p>Ritmo de crescimento das exportações verdes equiparado ao aumento do VAB verde atingindo 0,79 milhares de milhões de euros em 2020 e 1,28 milhares de milhões de euros em 2030.</p> <p>Duplicar o número de postos de trabalho até 2030, assegurando o aumento de produtividade atingindo 100,4 milhares de pessoas em 2020 e 151 milhares de pessoas em 2030.</p>
	Perspetivar o resíduo enquanto recurso material ou energético promovendo o fecho do ciclo (economia circular) e o desvio de aterro; cumprimento do PNGR.	<p>Aumentar a produtividade dos materiais de 1,14 em 2013 para 1,17 (€ PIB /Kg de materiais consumidos) em 2020 e 1,72 (€ PIB /Kg de materiais consumidos) em 2030.</p> <p>Aumentar a incorporação de resíduos na economia de 56% em 2013 para 68% em 2020 e 86% em 2030.</p>
	Privilegiar a reabilitação urbana.	Aumento de cerca de 7,5% de 2013 a 2020, e de 3,1% de 2020 a 2030 no peso da reabilitação no conjunto do setor da construção.
	Cumprimento do PNAEE até 2020. (Intensidade Energética - tep/M€ PIB) e Redução de 30% sobre baseline energética em 2030;	Aumentar a eficiência energética: de 129 Intensidade Energética - tep/M€ PIB em 2013; prevendo-se uma redução média anual até 2030 de 1,4%, atingindo-se 122 tep/M€ PIB em 2020 e 101 tep/M€ PIB em 2030.
	Aumentar a eficiência hídrica no setor urbano, cumprindo a meta PNUEA 2020 - perdas físicas < 20% em 2020).	Redução da água não faturada/água colocada na rede de abastecimento urbano de 35% em 2013 para 25% em 2020 e 20% em 2030.
	Alinhar com cenários de referência PNAC e cumprir objetivos 2020 para a redução do nível de emissões de GEE.	Redução entre 30% (61,5 Mt CO2 eq.) e 40% (52,7 Mt CO2 eq.) em 2030 vs 2005 (valor 2005=87,8 Mt CO2 eq.) contingente a interligações, com um impacto estimado: redução média anual entre -0,6/-1,5% até 2030.
	Reforçar o peso das energias renováveis, alinhando-o com o objetivo definido na proposta de Portugal constante do pacote Energia-Clima 2030 contingente a interligações.	Aumento do peso das energias renováveis (% no consumo final bruto de energia): 25,7% em 2013; crescimento médio anual estimado até 2030 de 2,6%, atingindo-se 31% em 2020 e 40% em 2030.
	Cumprir a Diretiva Quadro da Água (DQA), condicionado aos desenvolvimentos de negociação na UE no que respeita à implementação da DQA) melhorando a qualidade das massas de água.	% das massas de água com qualidade "Boa ou Superior" passou de 52% em 2013 para 79,8% em 2020 e 100% em 2030.
	Alinhamento com os objetivos definidos na Diretiva CAFE e com o Programa Ar Limpo para a Europa para melhorar a qualidade do ar.	Média do n.º de dias com IQAr fraco ou mau, em zonas urbanas passou de 14 em 2013 para 9 em 2020 e 2 em 2030.
	Alinhamento com as metas definidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020, valorizando a biodiversidade em Portugal.	
	Espécies	N.º de avaliações de espécies passou de 81 em 2013 para 83 em 2020 e 96 em 2030.
	Habitats	N.º de avaliações de habitats com estado de conservação "favorável", ou uma melhoria deste, estabelecido por região biogeográfica passou de 46 em 2013 para 94 em 2020 e 117 em 2030.

Principais (novos ou atualizados) compromissos do PNR para os próximos 12 meses	Principais medidas previstas e indicação da sua relevância para as CSRs	Impactos estimados das medidas (qualitativo e/ou quantitativo)
Reforma da Fiscalidade Verde Em 2015, a receita gerada de 165 milhões de euros com as medidas da fiscalidade verde será alocada, no montante de 17,5 milhões de euros, a benefícios e incentivos à mobilidade sustentável, à gestão florestal e à conservação da natureza e o valor remanescente, de 148 milhões de euros, financiará, na prática, o desagravamento do IRS, no âmbito do quociente familiar.	Aplicação de uma taxa sobre o carbono.	Taxa de carbono: Promove uma economia de baixo carbono, de combate às alterações climáticas e redução da dependência energética do exterior, através de uma taxa de carbono, que passa a incidir sobre os setores não incluídos no sistema CELE. Impacto em 2015: receita de 95 milhões de euros.
	Agravamento das taxas de ISV em função das emissões de CO ₂ .	Agrava as taxas de ISV nos veículos a gasolina e gasóleo em função das emissões de CO ₂ . Impacto em 2015: receita de aprox. 28 milhões de euros.
	Majoração para efeitos fiscais do custo com eletricidade utilizados em transportes públicos de passageiros e mercadorias.	Majoração para efeitos fiscais do custo com eletricidade em 130% e em 120% no caso do GPL e GNV, utilizados em transportes públicos de passageiros e mercadorias.
	Incentivos aos carros elétricos, híbridos plug-in, GPL e GNV.	Incentivos aos carros elétricos: Impacto em 2015: despesa de aprox. 8 milhões de euros.
	Dedução do IVA em viaturas de turismo elétricas ou híbridas plug-in.	Dedução do IVA em viaturas de turismo: Impacto em 2015: despesa de aprox. 1 milhão de euros.
	Incentivo à criação de sistemas de bike-sharing e car-sharing nas empresas.	Incentivo à criação de sistemas de <i>bike-sharing</i> e <i>car-sharing</i> nas empresas e à aquisição de frotas de bicicletas através da majoração dos custos com os serviços e bens associados.
	Incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida sob a forma de devolução de ISV ou de atribuição de subsídio, mediante a compra de nova viatura.	Veículos em fim de vida: Incentivo para os veículos elétricos novos: 4500€, Incentivo para os veículos híbridos plug-in: 3250 euros.
	Aplicação de uma taxa sobre os sacos de plástico.	Os sacos plásticos leves passam a estar sujeitos a uma contribuição (8 cêntimos +IVA) com o objetivo de promover um comportamento mais sustentável dos consumidores, dos produtores e dos comerciantes. É objetivo desta taxa motivar os cidadãos para a redução do consumo de sacos plásticos para 50 sacos por pessoa, por ano, em 2015 e 35 sacos por pessoa, por ano, em 2016, alterando o cenário de 2014 em que, por pessoa, foram consumidos 466 sacos plásticos, por ano. Parte da receita resultante servirá para reforçar o Fundo de Conservação da Natureza e financiar projetos nos municípios que integram áreas classificadas, nomeadamente, através do programa NATURAL.PT. Impacto em 2015 (considerando um consumo de 50 sacos por pessoa/ano): receita de aprox. 40 milhões de euros.
	Revisão da Taxa de Gestão de Resíduos.	Com o valor de referência de 5,5€/ton em 2015 e um aumento progressivo até 11€/ton em 2020 para desincentivar o depósito em aterro dos resíduos urbanos. Impacto em 2015: receita adicional de aprox. 2,5 milhões de euros.
	Alteração do IMI e do IMT.	Reduz em 50% a coleta de IMI nos prédios destinados à produção de energias renováveis e dos prédios rústicos integrados em áreas classificadas, que proporcionem serviços de ecossistema. Isenta de IMI os prédios afetos ao abastecimento público de água, de saneamento e de gestão de resíduos urbanos detidos pelos Municípios. Majoração em 30%, para efeitos de custos fiscais no IRS e IRC, das contribuições financeiras para o Fundo Comum das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Isenção de IMI e IMT dos prédios rústicos que correspondam a áreas florestais aderentes a ZIF ou que estejam submetidas a planos de gestão florestal e redução de IMI nos prédios rústicos integrados na bolsa de terras.
	Derrama.	No caso do volume de negócios de uma empresa for resultante, em mais de 50%, da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, a derrama pode ser atribuída ao respetivo Município.

Principais (novos ou atualizados) compromissos do PNR para os próximos 12 meses	Principais medidas previstas e indicação da sua relevância para as CSRs	Impactos estimados das medidas (qualitativo e/ou quantitativo)
Implementação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos - PERSU 2020.	As principais medidas consubstanciam princípios de eficiência e de valorização dos resíduos como recursos, na medida em que, otimizando o nível de investimento:	Aumento das retomas de recicláveis por recolha seletiva para 47 kg/hab/ano (média nacional).
	a) privilegiam a atuação a montante da cadeia de valor, com a integração do Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos no PERSU e o apoio ao aumento significativo da recolha seletiva e reciclagem;	Aumento da eficiência e da produtividade das instalações existentes.
	b) promovem a eliminação progressiva da deposição direta em aterro (que inclui resíduos com potencial de reciclagem e valorização);	Conversão de instalações de TM projetadas em TMB, contribuindo para a meta de preparação para reutilização e reciclagem (% RU) de 7% Tratamento Mecânico (TM) para Tratamento Mecânico + Biológico (TMB) 7% + 54% (Meta Mínimo Reciclagem (em % de RU Recicláveis).
	c) apoiam o aumento da eficiência dos sistemas e das infraestruturas de gestão de RU, com consequente redução e recuperação sustentável de custos e	Atingir, em 2016, 10% de redução de RU em relação à produção de 2007.
	d) aumentam o rigor, a responsabilização e a qualidade no serviço à população.	Aumentar e melhorar a rede de recolha seletiva, incluindo a dos resíduos orgânicos.
		Aumento das retomas de recicláveis por recolha seletiva tem um impacto de 120 milhões de euros.
		Aumento da eficiência e da produtividade das instalações existentes seletiva tem um impacto de 50 milhões de euros.
		Conversão de instalações existentes: adaptação de TMs em TMBs e Novas infraestruturas de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, incluindo valorização orgânica seletiva tem um impacto de 90 milhões de euros.
Reestruturação do setor das águas.	A estratégia setorial para o horizonte 2020, apresentada em outubro de 2014, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável. Inclui a reestruturação do grupo AdP. Foram definidas 2 linhas de atuação estratégica que incluem as fusões em alta e as agregações verticais ou horizontais em baixa.	Outras medidas (I&D, projetos piloto, capacitação, estudos, escoamento de sub-produtos, como o biogás) seletiva têm um impacto de 60 milhões de euros.
		As Prioridades do PERSU 2020 têm um impacto total 320 milhões de euros.
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais - PensaAR 2020.	PensaAR 2020 está estruturado em quatro áreas: diagnóstico da situação atual; objetivos, cenários e soluções; planos de ação e monitorização. O PensaAR 2020 integra também um plano de gestão, que engloba um modelo de governança e respetiva monitorização.	Metas: harmonizar as tarifas sem penalizar excessivamente as tarifas do litoral. Os novos contratos pressupõem uma poupança total de 4,1 mil milhões de euros.
Plano para a Mobilidade Elétrica.	Carregamento de veículos elétricos em locais privados e em locais privados de acesso público.	Visa promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade adequado às suas necessidades, com custos socialmente aceitáveis e a gestão eficiente dos recursos.
	Concretização de programas de mobilidade sustentável na administração pública.	Promover a mobilidade elétrica, alargando e introduzindo maior concorrência na rede pública, privilegiando os modos de carregamento nas habitações e nos locais de trabalho e em locais privados de acesso público (ex. centros comerciais).
Novo Regime Remuneratório para a Produção de Energias Renováveis.	Novo Regime Remuneratório para a Produção de Energias Renováveis: O regime terá em consideração o atual grau de desenvolvimento das diferentes tecnologias, privilegiando a progressiva introdução do regime de mercado para as tecnologias mais maduras, entendendo o Governo que é fundamental assegurar a estabilidade legal e regulatória, enquanto fator crucial num projeto de investimento, que deverá ser igualmente considerada no âmbito da definição dos novos regimes tarifários.	Até 2020, introduzir 1200 viaturas elétricas na Administração Pública.
		Cumprimento das metas nacionais de utilização de energias renováveis para 2020 (31% de energias renováveis no consumo de energia final em Portugal); Aumentar a competitividade das energias renováveis, reforçando a posição de Portugal como um dos países da Europa onde a produção de energia renovável é mais custo-eficiente.

Principais (novos ou atualizados) compromissos do PNR para os próximos 12 meses	Principais medidas previstas e indicação da sua relevância para as CSRs	Impactos estimados das medidas (qualitativo e/ou quantitativo)
Operacionalização do Regime de Produção Distribuída.	Operacionalização do Regime de Produção Distribuída (Decreto-Lei n.º 153/2014), que entrou em vigor no início de 2015. Este regime permitirá ao consumidor produzir a sua própria energia, tipicamente através de fontes renováveis. Pretende-se assim, em 2015, conjugar a aposta nas energias renováveis, com o incentivo à eficiência energética através de uma solução equilibrada que permita assegurar uma rentabilidade justa aos promotores das unidades de produção distribuída sem onerar excessivamente os consumidores e evitando o agravamento das condições de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional (SEN).	Cumprimento das metas nacionais de utilização de energias renováveis para 2020 (31% de energias renováveis no consumo de energia final em Portugal); Aumentar a competitividade das energias renováveis, reforçando a posição de Portugal como um dos países da Europa onde a produção de energia renovável é mais custo-eficiente.
Revisão do quadro jurídico do setor petrolífero nacional.	Completar o quadro jurídico do sistema petrolífero nacional (Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro), definindo as regras de exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e de produtos de petróleo. Estabelecer os poderes de supervisão e monitorização do funcionamento do setor petrolífero nacional, nomeadamente quanto às regras de acesso de terceiros a instalações de armazenamento, transporte e distribuição por conduta de produtos de petróleo; de separação jurídica e contabilística exigida dos intervenientes do sistema petrolífero nacional; de qualidade do serviço prestado aos consumidores. Definir o regime sancionatório respetivo, a cargo da ENMC - Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis.	Maior competitividade no setor; Mais transparência devido às obrigações de prestação e divulgação de informação; Monitorização e acompanhamento por uma entidade com poderes de supervisão e, também, sancionatórios, com vista a garantir o acesso de terceiros em condições de igualdade e não discriminatórias. Eliminação de barreiras à entrada de novos operadores.
Revisão do regime da cogeração.	Aprovado em Reunião de Conselho de Ministros o novo regime da cogeração. O regime terá em consideração a situação do Sistema Elétrico Nacional, bem como, privilegiando a produção distribuída, mantendo os incentivos à eficiência energética, mas privilegiando a progressiva introdução do regime de mercado. O regime procura ainda introduzir estabilidade legal e regulatória.	Redução dos encargos para o Sistema Elétrico Nacional, bem como, aposta contínua na produção descentralizada permitindo manter os objetivos de eficiência energética e de redução de perdas das redes.
Estratégia Natural.pt.	Operacionalização da estratégia Natural.PT junto das áreas protegidas, garantindo a valorização das áreas protegidas e seus ativos económicos. Promovendo assim as regiões de baixa densidade, garante-se a proteção dos valores e recursos naturais conjugada com o apoio às empresas aí existentes.	Aumento da proteção dos parques naturais e valorização dos seus recursos; Reforço da distribuição de produtos e serviços locais; Desenvolvimento de opções turísticas, específicas para a Conservação da Natureza; Internacionalização dos produtos e serviços das áreas protegidas.
Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).	O POSEUR traduz-se operacionalmente em três eixos: i) apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores ; ii) promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos; iii) proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos.	O PO SEUR pretende contribuir para a afirmação da Estratégia Europa 2020, especialmente na prioridade de crescimento sustentável, respondendo aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos.

Principais (novos ou atualizados) compromissos do PNR para os próximos 12 meses	Principais medidas previstas e indicação da sua relevância para as CSRs	Impactos estimados das medidas (qualitativo e/ou quantitativo)
Implementação do roadmap relativo à avaliação do impacto das reformas estruturais.	Contratação da Universidade de referência; primeiro draft metodológico conjunto GPAERI e referida Universidade, produção do primeiro working paper de avaliação das reformas selecionadas.	Melhoria do conhecimento do impacto das reformas estruturais implementadas.
Alteração ao Código Penal.	Aprovação da legislação na Assembleia da República	n.a.
Criação do registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e liberdade sexual de menores.	Aprovação da legislação na Assembleia da República	n.a.
Alteração do Código de Processo dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.	O projeto está a iniciar o processo legislativo e, depois de aprovado em Conselho de Ministros, irá para a Assembleia da República.	n.a.
Alteração dos Estatutos dos Magistrados Judiciais.	O projeto apresentado pelo Grupo de Trabalho está a ser analisado pela Senhora Ministra da Justiça. Só depois será iniciado o processo legislativo.	Não há ainda dados concretos sobre o impacto financeiro.
Alteração do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.	O projeto apresentado pelo Grupo de Trabalho está a ser analisado pela Senhora Ministra da Justiça. Só depois será iniciado o processo legislativo.	Não há ainda dados concretos sobre o impacto financeiro.
Alteração do Código do Processo Penal.	Aprovação da legislação na Assembleia da República	n.a.
Alteração do Código do Processo do Trabalho.	Projeto em elaboração.	n.a.
Revisão do regime das incapacidades previsto do Código Civil.	Projeto em elaboração no âmbito da Conselho Nacional de Saúde Mental	n.a.

Lista de Acrónimos

AdP - Águas de Portugal
AML - Área Metropolitana de Lisboa
AMP - Área Metropolitana do Porto
AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias
ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.
ANI - Agência Nacional de Inovação
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANQEP - Agência Nacional para Qualificação e o Ensino Profissional, IP
AP – Administração(ões) Pública(s)
APD - Agenda Portugal Digital
APP - Associações Públicas Profissionais
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

BCE – Banco Central Europeu
BE - Bloco de Esquerda
BEI – Banco Europeu de Investimento
BIRD – Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CCV - Compromisso para o Crescimento Verde
CDS-PP – Partido Popular
CES – Contribuição Extraordinária de Solidariedade
CELE - Comércio Europeu de Licença de Emissões
CEP - Consumo de Energia Primária
CFI - Código Fiscal do Investimento
CIEG - Custos de interesse económico geral
CIM Alentejo Litoral - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CIM Alto Minho - Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
CMEC - Custos de Manutenção dos Equilíbrios Contratuais
CQEP - Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional
CRC - Central de Responsabilidades de Crédito
CTT – CTT - Correios de Portugal

DGO – Direção Geral do Orçamento

DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças

EDP – Energias de Portugal

EIIEI - Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente

ENF – Estratégia Nacional para as Florestas

ENM – Estratégia Nacional para o Mar

ENMC - Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis

E.P.E. – Entidade Pública Empresarial

EQAVET - European Quality Assurance in Vocational Education and Training

ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública

FAM - Fundo de Apoio Municipal

FC - Fundo de Coesão

FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e Pescas

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FP7 – Sétimo Programa Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário

FSE - Fundo Social Europeu

GALP – Galp Energia

GEE - Gases com Efeito de Estufa

GERD - Gross Expenditure on Research and Development

GERFIP - Sistema Integrado de Gestão Financeira comum à Administração Pública

GNV – Gás natural veicular

GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

GPL - Gás de petróleo liquefeito

IAS – Indexante dos apoios sociais

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

IGF – Inspeção-Geral das Finanças

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

ISV - Imposto Sobre Veículos

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

I&D - Investigação e Desenvolvimento

I&D&I - Investigação, desenvolvimento e inovação

I&I - Investigação e Inovação TIRAR DA PAGINA 64

Kva – unidade de medida de potência aparente

LBOGEM – Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo

LEO - Lei de Enquadramento Orçamental

LTFP - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

MAR 2020 – Programa Operacional Mar 2020

MIBGÁS - Mercado Ibérico de Gás Natural

MIT - Massachusetts Institute of Technology

n.a. – não aplicável

NEET – Not in Education, Employment, or Training

NUTS – Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OT - Objetivos temáticos

PAC – Política Agrícola Comum

PAEF – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro

PAEF-RAM - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira

PCP - Partido Comunista Português

PDR 2020 – Programa para o Desenvolvimento Rural 2020

PPP – Parceria Público-Privada

PECFEFA - Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras

PENSAAR - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

PEPAC - Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central

PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local

PER - Processo Especial de Revitalização

PERSU – Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

PES - Programa de Emergência Social

PEV - Partido Ecologista “Os Verdes”

PGETIC - Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos com as TIC

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e médias empresas

PNAC - Programa Nacional para as Alterações Climáticas

PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

PNI-GJ - Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem

PNR – Programa Nacional de Reformas

PO - Programas Operacionais

PO SEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PS - Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

p.p. – pontos percentuais

QEPiC - Quadro Estratégico para a Política Climática

QNQ - Quadro Nacional de Qualificações

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RMMG - Remuneração mínima mensal garantida

RNT - Rede Nacional de Transporte

RSI - Rendimento Social de Inserção

SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações

SCTN - Sistema científico e tecnológico nacional

SEE – Sector empresarial do Estado

SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais

SIREVE - Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial

SNQ - Sistema Nacional de Qualificações

SNS – Sistema Nacional de Saúde

SPO - Serviços de Psicologia e Orientação

STCP - Sociedade Transportes Coletivos do Porto, S.A.

TAP – TAP Portugal

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

tep – tonelada equivalente de petróleo

TeSP - Cursos Técnicos Superiores Profissionais

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

TUS - Tabela única de suplementos

ZIF - Zonas de Intervenção Florestal